

## APRESENTAÇÃO

Como sobre quase todos os processos políticos e sociais que ocorreram no Brasil na última década, há múltiplas narrativas e interpretações polarizadas sobre as Jornadas de Junho de 2013. Nos extremos interpretativos mais frequentemente invocados, opõem-se a interpretação de que as Jornadas foram o princípio de tudo de ruim que se sucedeu, em uma linha evolutiva direta - a ascensão de uma nova direita, as micaretas coxinhas de 2015 e 2016, o golpe contra Dilma, a Lava-Jato, a eleição de Bolsonaro, etc. -, àquela leitura de Junho como um levante de massas de caráter progressista, ou mesmo um processo pré-revolucionário, estancado apenas pela violência da repressão estatal que se abateu sobre as manifestações e seus participantes, particularmente, a “vanguarda” que aderiu às táticas conhecidas como *black-block*.

Na tentativa de construção de um senso comum pela mídia burguesa e pelas representações políticas conservadoras, em junho de 2013 teriam ido às ruas cidadãos ordeiros e pacíficos que reivindicavam o fim da corrupção e se opunham ao governo petista, mas a ação de “vândalos” degenerou os atos em baderna e justificou o uso da força pelo Estado.

Pode-se considerar que todas essas interpretações foram resultantes e componentes do próprio conflito político aberto com as Jornadas. Porém, isoladamente, cada uma delas é insuficiente, porque carecem todas de um embasamento na análise da dinâmica mais profunda dos conflitos sociais fundamentais - a luta de classes, enfim - no contexto mais ampliado em que as Jornadas se inseriram. Desse ponto de vista, as Jornadas abriram uma nova conjuntura, tanto em termos de lutas sociais oriundas da classe trabalhadora, em sentido amplo, quanto da reorganização da direita como representação política dos interesses das classes dominantes.

De um lado, o forte peso de movimentos centrados na defesa de direitos sociais e que se colocavam fortemente críticos à experiência dos governos de colaboração de classes liderados pelo Partido dos Trabalhadores, em especial nas etapas iniciais de Junho de 2013, deixa um legado que pode ser observado em episódios posteriores como o “*não vai ter Copa*” de 2014; a Primavera Feminista de 2015; as ocupações estudantis de 2015 e 2016 em seus diferentes momentos e configurações que incluem movimentos de caráter regional e com pautas mais específicas e, posteriormente, um movimento nacionalizado em oposição à reforma do ensino médio e à PEC do teto dos gastos; o movimento “Ele Não” em 2018; e o “Tsunami da Educação em 2019”. O caráter horizontalizado reivindicado em maior ou menor medida por estes movimentos atualiza a experiência das Jornadas de Junho e impulsiona a conformação destes movimentos, ainda que limite sua organicidade.

Por outro lado, a nítida perda da capacidade dos governos petistas de manterem controle sobre os movimentos sociais e impedirem mobilizações de caráter mais radical levou importantes frações da burguesia brasileira ao rompimento com a perspectiva de colaboração de classes e à opção por uma maior

radicalização política e pela imposição de contrarreformas econômicas ainda mais draconianas. A isto se soma o fortalecimento de uma direita radicalizada, ou “nova direita”, que vinha se articulando já há anos, seja por meio da projeção de intelectuais como Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, seja estruturando organizações como o Escola sem Partido, o Mises Brasil, o Mídia sem Máscaras ou, já depois de Junho, o Movimento Brasil Livre e o Brasil Paralelo. O movimento golpista de 2015 foi inicialmente convocado pela direita liberal; porém, ao longo das mobilizações, ganharam força setores da direita radical neofascista ou fascizante, incluindo armamentistas e fundamentalistas religiosos, que se unificariam em torno da candidatura de Jair Bolsonaro e, aproveitando-se das condições propícias criadas pelo Golpe de 2016 e pela prisão do ex-presidente Lula, obteriam sua eleição à Presidência em 2018.

O dossiê BRASIL: DAS JORNADAS DE JUNHO AOS DESAFIOS ATUAIS, que abre este número de *História & Luta de Classes* foi pensado com o objetivo de contribuir para o balanço, dez anos depois, do legado de Junho, em todas essas múltiplas dimensões, bem como dos desdobramentos de que forma mais direta ou indireta se relacionam aos eventos de Junho. O artigo de abertura, *Junho de 2013: Jornadas ou Rebeliões?*, de Luís Augusto Vieira, apresenta um panorama dos principais eventos de Junho e problematiza criticamente a designação corrente das mobilizações como “Jornadas”, propondo sua substituição pelo termo “Rebeliões”. O artigo de Júlia Bruschi dos Santos e Rozinaldo Antonio Miani, *Ocupação das escolas estaduais: ação direta no enfrentamento às contrarreformas neoliberais na Educação* discute o movimento de ocupação das escolas estaduais no Brasil em 2015 e 2016, com destaque para os episódios ocorridos do estado do Paraná, como resposta ao processo de mercantilização da educação e de precarização do ensino público.

Os dois artigos seguintes tratam, sob aspectos distintos, da direita. O artigo *Delimitando a “Nova Direita” para refletir sobre a ascensão reacionária no Brasil contemporâneo*, de Flávio Casimiro, busca delimitar a categoria “nova direita”, apresentar suas principais características e refletir sobre sua pertinência para o estudo da direita brasileira atual. Por sua vez, Leonardo Sartoretto, Adair Simonato Júnior e Leonardo Franco, no artigo *Esboço à pergunta: como o marxismo pode explicar o governo Bolsonaro?* propõem uma interpretação sobre o “fenômeno Bolsonaro”, entendido como reação aos governos de corte social-democratas do PT, nos marcos da crise estrutural do capitalismo e do avanço do irracionalismo dele decorrente. Finalmente, no artigo *Reflexões feministas sobre a eleição presidencial em 2022*, Carolina Freitas propõe uma reflexão sobre as “questões das mulheres” na eleição presidencial de 2022 e sobre os sentidos históricos e políticos do rechaço eleitoral feminino a Jair Bolsonaro.

Para além do dossiê, a edição completa-se com dois artigos de temática livre. O artigo de Marco Aurélio de Oliveira Filho, *EZLN: entre a tradição e o novo*, discute a emergência e a trajetória do movimento zapatista e suas características específicas que o singularizam no contexto dos movimentos de esquerda contemporâneos, debatendo as formas como o zapatismo mobiliza o passar para a

luta no presente e pelo futuro. Por fim, o artigo “*Forte ceticismo epistemológico e profundo derrotismo político*”: um balanço da crítica marxista ao pensamento pós-moderno, de Caio Portella e João Thimoteo, busca refletir sobre as bases teóricas do pós-modernismo, apresentando uma crítica marxista ao relativismo pós-moderno e ao culturalismo.

Esta edição é publicada sob um novo contexto político, com a eleição e posse de Luís Inácio Lula da Silva e a derrota do bolsonarismo tanto no campo eleitoral quanto de suas aspirações golpistas. Concluíamos o editorial da última edição indicando que “*a provável e esperada derrota eleitoral de Jair Bolsonaro se constituirá em um revés importante para o processo de fascistização conduzido pelo presidente e seus apoiadores, mas não significará sua derrota definitiva. A derrota da ameaça fascista só será efetiva com a retomada da organização autônoma dos sindicatos e movimentos sociais e populares, expressando as reais necessidades dos trabalhadores*”. A primeira parte da afirmação evidenciou-se pela conformação de expressiva bancada de extrema-direita, pela eleição de governadores vinculados ao bolsonarismo e, sobretudo, pelos inúmeros atos golpistas a partir do segundo turno, com destaque ao bloqueio de rodovias e aos atos violentos de 8 de janeiro de 2023. A derrota destes intentos golpistas, certamente, propicia melhores condições para as lutas e resistências, mas não elimina em definitivo a presença do fascismo e a ameaça por ele representada. A conformação de uma nova ofensiva dos movimentos dos trabalhadores permanece como tarefa incontornável exigida pela conjuntura.

Março de 2023

Gilberto Calil  
Editor

Gilberto Calil  
Marcelo Badaró Mattos  
Rozinaldo Miani  
Coordenadores do Dossiê